

# Globalização, Trabalho, Cidades Médias

*Maria Laura Silveira\**

## RESUMO

*Uma discussão sobre as cidades médias exigiria repensar os conteúdos do novo meio geográfico no período contemporâneo, assim como a elaboração de um esquema para abordá-las em suas especificidades. Para isso, é necessário considerar o papel das empresas, do Estado e da sociedade na construção de uma nova divisão territorial do trabalho e, ao mesmo tempo, o papel que o terri-*

*tório e a cidade exercem sobre as novas formas de trabalho. Nesse contexto, buscamos mostrar alguns exemplos de cidades argentinas e brasileiras que revelam sua especialização e sua segmentação interna, a partir de objetos modernos e de normas globalizadas.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Cidades médias; globalização; trabalho; divisão territorial do trabalho; especialização urbana.*

## INTRODUÇÃO

Por que estudar as cidades médias? Como estudá-las? Constituem uma questão? Diante de um fenômeno espacial, e para exorcizar os riscos de um debate exclusivamente ideológico, impõe-se o esforço de entender os contextos. As cidades médias não podem ser entendidas em si mesmas. Daí a necessidade de vê-las incluídas no movimento da totalidade, aquele a que Jean-Paul Sartre (1979) se referia como totalização. Reclamam, para tanto, uma epistemologia e um esquema para abordá-las que permita captar o todo e seu processo, de modo a evitar sua transformação em um assunto fetichizado ou naturalizado.

Impedidos de compreender os processos que transformam hoje o território, nos encontrá-amos frente a um objeto de estudo que, em seu acontecer, desvanecer-se-ia em sua própria definição. Quantos habitantes são necessários para que uma cidade deixe de ser média e, por conseguinte, objeto de nossa preocupação? Poderia-

mos colocar a questão em outros termos: é o tamanho o que define uma cidade média? Ou é sua função? Atualizariam-se, assim, antigos debates da geografia urbana mais preocupados com a constituição material de um objeto de estudo que com o entendimento do espaço.

À busca de entender o mundo a partir das coisas específicas, a partir dos fragmentos, poderíamos opor uma vocação mais universalista centrada no descobrimento das lógicas contraditórias de um território feito de objetos e de ações (Santos, 1996). A unidade dessa compreensão provém da teoria e de seus esquemas para apreender a realidade, que corresponde à unidade do mundo refazendo-se, a cada dia, nos lugares.

## A PERIODIZAÇÃO, UMA PREMISSA PARA ENTENDER OS CONTEXTOS

Esse movimento do todo ao qual nos referíamos exige subdivisões temporais que permitam apreender as novidades e hierarquizar os eventos.

Daí a relevância da noção de período, que possibilita cindir o tempo e dar valor aos dados materiais e organizacionais de cada momento histórico. A denominada globalização pode, assim, ser vista como um período que se caracteriza, entre outros aspectos, pela incorporação de conteúdos de ciência, tecnologia e informação, pela aceleração das trocas, pela antecedência do trabalho intelectual ao material, pela rigidez de imperativos organizacionais naquilo que Marc Guillaume (1975) denomina segmentos do Estado, nas empresas e na vida social, pela profusão de um discurso de uma modernização inelutável. Estes processos criam um novo espaço geográfico – o meio técnico-científico-informacional (Santos, 1985; 1996) – que termina por induzir a localização de novas infraestruturas e a imposição de novas formas de regulação.

Ao mesmo tempo que as formas globalizadas da técnica, da informação e da mais-valia buscam balizar o uso do território, as diferenças nos lugares, frutos de histórias diversas e de modernizações de velocidade díspar, provocam a fragmentação dos lugares e a multiplicação de formas de fazer.

O trabalho vivo torna-se especializado e se espalha diferencialmente no território, ao ritmo de produtividades diversas dadas pelo trabalho morto nas porções do território e contribuindo, ininterruptamente, à sua transformação. Nessa geografia, cada lugar está convocado a desenvolver uma etapa de um trabalho cada vez mais fragmentado. No entanto, existem articulações, em virtude do progresso dos transportes e das telecomunicações e dos tentáculos das redes financeiras, que possibilitam esse jogo entre a separação material das atividades e a unificação organizacional dos comandos.

Por essa razão, a regulação é hoje um dado fundamental. As formas atuais de produção material e imaterial exigem uma onipresença da regulação pública e das empresas, para unificar os processos, aumentar a fluidez e normatizar os

usos dos novos objetos e infraestruturas e, em definitivo, do território.

É a divisão territorial do trabalho, produto e condição da divisão social do trabalho, que se identifica nas cidades, no território nacional e no mundo. As redes urbanas, sendo o arcabouço desse sistema de trabalho, outorgam papéis e valores diversos às metrópoles, às cidades regionais, às cidades locais.

### **A CIDADE: PRODUTO E PRODUTORA DE TRABALHO NO PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO**

Preocupados em elaborar um esquema coerente, pertinente e operacional para abordar as cidades, poderíamos entrecruzar um esforço de entendimento de sua materialidade e de suas formas de organização com os personagens da trama atual, isto é, as empresas, o Estado, a sociedade.

As grandes empresas, globais e nacionais, usam o território nacional segundo suas aptidões para determinadas atividades. Assim, criam uma nova divisão territorial do trabalho, em função de seus circuitos de produção e distribuição, que vêm superpor-se a divisões pretéritas do trabalho, moldadas por outras empresas e pelo próprio Estado. A divisão territorial do trabalho interna às empresas termina criando uma expressão territorial no país. Quando as corporações petroleiras de Houston estabelecem seu comando político nacional em Buenos Aires e seus comandos técnicos em Neuquén e em Rincón de los Sauces, contribuem para definir alguns dos conteúdos de uma nova rede urbana, como o fornecimento de produtos e a oferta de serviços nas esferas política, econômica, social e cultural, o aumento da frequência de vôos, de chamadas telefônicas, de encontros de trabalho técnico, de discussões com os segmentos do Estado a propósito das leis que regulam as atividades.

Especializam-se, desse modo, porções do território e, com elas, as cidades. Aumentam as exi-

gências das firmas sobre o Estado, para construir e reformar infraestruturas, como rodovias, aeroportos, portos, telefonia, etc, assim como as demandas científico-informacionais de grupos qualificados e centros de investigação ao serviço das atividades consideradas modernas (como os centros de pesquisa agropecuária especializados em soja e outros cultivos decretados hoje de maior valor). E, simultaneamente, crescem as exigências normativas, como as isenções de impostos e os subsídios mais ou menos visíveis.

As hierarquias urbanas e territoriais transformam-se também ao ritmo de novos dispositivos organizacionais em favor de algumas empresas. É o exemplo das concessões para as cobrança de pedágios em caminhos existentes e únicos, da constituição de monopólios territoriais com a garantia governamental de exploração exclusiva de serviços públicos em porções do território nacional, da violência de um consumo imposto a partir da instalação de hipermercados e *shopping-centers* não somente nas metrópoles, mas também nas cidades médias. Esse processo marca, claramente, uma segmentação do território nacional e do espaço urbano, que permite o acesso àqueles que podem pagar pela mobilidade, pela velocidade, pela fluidez material e normativa. Assim, não somente as empresas regulam o uso que a sociedade faz do espaço, como acabam por utilizar o território de forma diferenciada, segundo seu poder de mercado.

O Estado também usa o território, mas, sobretudo, o prepara para o jogo dos agentes sociais. A questão que não pode ser evitada é: quem se beneficia dos novos conteúdos do meio geográfico neste período da globalização? O Estado, através de seus segmentos nacional, estadual ou municipal, legitima a fragmentação que o mercado inicia, graças à sanção de normas, que impõem um uso preciso e restrito das áreas urbanas e do território nacional. Aumenta em alguns lugares e áreas urbanas o impacto dos vetores da globalização, graças à criação anteci-

pada do que estamos denominando de áreas de alta densidade normativa. Existem numerosos exemplos em cidades como San Luis e Río Grande, na Argentina, com suas isenções de impostos, mas o caso mais revelador é, sem dúvida, a criação de zonas francas.

O discurso, um conjunto de símbolos, valores e imagens, resulta um elemento fundamental. A operatividade tecnocientífica utiliza a persuasão e a manipulação próprias da operatividade simbólica (Hottois, 1992), que apela às idéias de progresso, de criação de empregos e desenvolvimento regional e nacional, entre outras alusões.

Os municípios, especialmente nas cidades médias, preocupam-se também pela elaboração de uma narrativa vinculada ao mercado e à competitividade. Tem-se chamado a esse fenômeno de *city-marketing* (Sánchez, 1997). Ana Clara Torres Ribeiro e Fernanda Sanchez García (1997) discutem as estratégias de convencimento e *marketing* que o poder público desenvolve em aliança com grandes empresas na cidade de Curitiba. Este é um dado fundamental para a análise da guerra entre cidades na busca por alocar capitais, que pode comparar-se a um “leilão de cidades”.

A adequação das normas locais e nacionais às exigências do chamado mercado mundial – que determina uma alta densidade normativa – e, ao mesmo tempo, a reprodução desse discurso confluem para explicar a guerra entre as cidades argentinas de Bahía Blanca e Neuquén para acolher uma indústria de fertilizantes. Uma situação de contornos similares verifica-se na disputa entre cidades brasileiras dos Estados do Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia e São Paulo para abrigar novas fábricas das empresas Mercedes Benz, Volkswagen, Detroit Corporation, Hyundai, Iveco, BMW, Chrysler, Peugeot, General Motors, Renault, Ford e Toyota.

No entanto, esses processos não se realizam sem a participação solidária e contraditória da sociedade, submetida às tensões próprias do pe-

ríodo. Vários pares dialéticos podem ser identificados: exclusão-inclusão, globalização-localidade, ordem-desordem, na construção da cidade atual. Novas “legalidades” e “ilegalidades” desenham-se apoiadas em uma ordem que busca substituir as redes arborescentes de transporte pela velocidade dos corredores centrais, as comunicações contíguas e pessoais pelas redes globais e muitas vezes anônimas do éter, o emprego estável pela chamada flexibilidade trabalhista, o seguro social pelo mercado da saúde, da educação e das aposentadorias, as necessidades genuínas pelas propagandas públicas e mercadológicas de demandas econômicas externas e de produtos globalizados, o desenvolvimento de um mercado nacional pelo frenesi das trocas mundiais, a criatividade local pelas normas homogêneas de organização como as patentes, as normas ISO, a propriedade intelectual e as normas de qualidade, as arrecadações regionalizadas (impostos nacionais, estaduais, municipais) pela unificação territorial dos impostos, que é outra manifestação da coleta isotrópica no território, da concentração da mais-valia e da fluidez dos financiamentos aos lugares e às atividades econômicas consideradas modernas.

Este é então o ritmo que o território e a vida social nele engastada devem seguir e, se não acompanham o compasso, cairão sobre todos a desordem, a obsolescência, o atraso, a barbárie...

### **DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO E CIDADES MÉDIAS**

Qual é o papel das cidades médias no mundo globalizado? Qual a relação entre essa nova ordem mundial e a desordem urbana? Hoje, as cidades médias parecem consagradas a desenvolver uma alta e competitiva especialização funcional – como explica Nidia Formiga (1997) para a cidade de Bahía Blanca. Mas esse fenômeno deve acompanhar-se da permanência de uma ordem urbana baseada na segurança, na preservação do meio ambiente, na imagem. E os ex-

cluídos do modelo? Devem ser afastados para assegurar uma nova e ordenada vida de relações, que permita competir, e fazê-lo eficientemente, com outras cidades, outros Estados e outros países que tenham a pretensão de acolher capitais e empresas, passaporte imprescindível na viagem da modernidade.

A cidade média aparece, de um lado, chamada a exercer um comando técnico das modernas produções agrícolas, de criação de gado e energéticas de sua região e, assim, simultaneamente, a esquecer a possibilidade de ser sede de um comando político. E, por outro lado, os progressos técnicos e as transformações organizacionais contribuem a um certo desvanecimento da função de *relais* da distribuição de produtos e serviços oriundos das metrópoles. Enquanto as redes de distribuição parecem evitar as cidades médias como comando de segundo grau, o sistema financeiro aumenta sua eficácia na conquista de quase todos os pontos do território.

A especialização do trabalho – observada nos novos objetos e nas novas formas econômicas, sociais, políticas e culturais – acaba por criar uma rigidez nestas cidades. A manutenção de uma ordem urbana é então outra palavra para a chantagem que as firmas já instaladas fazem ao poder público. Novas vantagens ou a conservação das já existentes se obtêm a partir de ameaças de fechamento parcial ou total da empresa e do decorrente desemprego. Veja-se o exemplo de Indupa, na cidade argentina de Cinco Saltos.

Esse trabalho globalizado é rígido e dividido porque é comandado por normas precisas, indispensáveis para o uso de objetos exatos e perfeitos e para o funcionamento de um sistema mundial calculado com antecedência. Do casamento entre automação e a chamada flexibilidade trabalhista (uma nova rigidez) parece nascer um espectro de formas de desemprego, apresentadas como a consequência inevitável de um modelo de crescimento. Por que um país ou uma cidade populosos neces-

sitam automatizar certas atividades? Demãndante feroz de novos objetos e regulações, o trabalho de índole global não se realiza senão em lugares altamente equipados, organizados, normatizados. Se em sua divisão territorial do trabalho, uma empresa global decide que uma filial deve ter prejuízos para garantir o lucro de outra filial, a “ordem” urbana aparece seriamente comprometida. Mas essa complementaridade espacial de um trabalho materialmente dividido está oculta e é preciso descobri-la.

Todavia, nos interstícios desse esquema rígido, vemos desenvolver-se um trabalho local mais ou menos espontâneo e, sobretudo, genuinamente flexível, porque está orientado a descobrir as porosidades do modelo e as necessidades de um território contíguo. Sua complementaridade não é oculta, mas explícita. Vendedores ambulantes instalam-se em lugares especializados, por exemplo, uma estação terminal, uma rua comercial. Considerados imóveis porque estão privados de fluidez e velocidade, estes agentes terminam por defender o uso de um território que é, ao mesmo tempo, o do trabalho e o da vida. Não há aqui telecomando, nem separação material das instâncias de produção e circulação. É um circuito criador de trabalho e visto como marginal. É sua complementaridade, ostensivamente visível, a causa da “desordem” urbana? Transportes alternativos, atividades não declaradas, empresas familiares, feiras, formas de subcontratação dinâmicas e solidárias criam uma organização dinâmica do espaço urbano, certamente incompatível com as áreas “ordenadas” e rígidas, como os pujantes centros financeiros das cidades médias. Assim esses atores são isolados em áreas da cidade onde o apelo à modernidade é menor, como as estações terminais de transportes terrestres e os bairros deteriorados. Acusado de desordem, esse trabalho beneficia-se das rarefações materiais, organizacionais e normativas da cidade e do território nacional. E, assim, assegura a sub-

sistência de grupos que não participam do novo sistema por não conhecer o saber e o fazer contemporâneos.

## **CIDADE MODERNA, SEGMENTAÇÃO ESPACIAL** \_\_\_\_\_

A globalização parece entrar com mais força em certos países, em certas regiões, em certas cidades. Há uma velocidade, impulsionada pelas exigências das empresas, pelas políticas dos grupos imobiliários, pela ação do Estado em seus diversos segmentos, que busca construir uma fluidez material e normativa no território nacional e no espaço urbano. Nesse retrato, as cidades médias mostram uma especialização do saber e do fazer. Embora a especialização intraurbana possa ser ainda mais ou menos difusa, a funcionalização do trabalho global nelas é pragmática. Tornam-se hipertélicas por seu excesso de finalidade e, assim, mais vulneráveis às transformações das políticas das empresas globais e de um Estado dócil à globalização. Suas funções são rígidas e isto se explica, em parte, porque o mandar é teleplanejado e telecomandado. As cidades médias são nós de uma divisão do trabalho à escala mundial, e o estudo de suas especializações pode ser uma pista para entender a atual organização do espaço.

Assumindo a lógica de suas próprias produções, a necessidade de fluidez e os objetos e ações do que se considera moderno, algumas cidades médias são compartimentadas pela implantação de áreas financeiras e industriais, de condomínios fechados com normas próprias de acesso e de convívio (Sposito, 1999, p. 24), de estacionamentos centrais, de vias rápidas para automóveis. A exagerada expansão horizontal da cidade e seu par dialético, a verticalização que assegura a concentração dos agentes hegemônicos, segmentam ainda mais a cidade e contribuem para entronizar valorizações e lógicas especulativas. Maria Adélia de

Souza (1994) desvela, através da análise do processo de verticalização da metrópole paulistana, a lógica dos interesses lucrativos na produção do espaço urbano público e privado.

Qual é a forma que assume, nas cidades médias, o movimento da escassez, da abundância, do consumo? O que importa a falta de calçadas quando nunca estivemos mais próximos de comprar um automóvel financiado em infinitos meses, alimentando um sistema financeiro ávido de recursos? O que importa a escassez de praças se podemos ter acesso a um apartamento financiado por bancos globais que nos prometem áreas verdes, piscina e sauna atrás das seguras grades da propriedade privada? Quando a lógica das produções das imobiliárias e de um Estado com projetos globais e não nacionais produz a cidade, os espaços públicos, as áreas verdes e os pedestres se refugiam intra-muros, negando uma vez mais à sociedade como um todo a oportunidade de uma vida mais plena. Vendedores ambulantes, transportes alternativos, pequenas empresas e outras formas de vida e de trabalho são responsabilizados por uma imagem inadequada de uma cidade na qual o Estado decidiu curvar-se perante a lógica das empresas e imobiliárias. E, desse modo, o código do consumidor busca sepultar os direitos do cidadão e a lógica do Mercado se metamorfoseia em Política.

## NOTA

- \* Professora Doutora do Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Pesquisadora do CNPq. Enviado para publicação em janeiro de 2002. E-mail: laurasil@usp.br

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FORMIGA, Nidia. Perspectivas de la inserción de Bahía Blanca en el Mercosur. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 49., 1997, Quito. 12 p. (mimeo). 7 a 11 de julho de 1997.
- GUILLAUME, Marc. *Le capital et son double*. Paris: Presses Universitaires de France, 1975.
- HOTTOIS, Gilbert. Le règne de l'opérateur. In: PRADES, Jacques. *La technoscience: les fractures des discours*. Paris: L'Harmattan, 1992. p. 179-197.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres & SÁNCHEZ GARCÍA, Fernanda Ester. City marketing: a nova face da gestão da cidade no final de século. In: SÁNCHEZ GARCÍA, Fernanda Ester. *Cidade espetáculo*. Política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997. 166 p. p.105-125.
- SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. Metropolização e modernidade. In: SANTOS, Milton; M. A. A. de SOUZA; F. C.
- SCARLATO & M. ARROYO (orgs.). *Fim de século e globalização*. 3 ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1997. 343 p. p. 293-302.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. 88 p.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo - razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.
- SARTRE, Jean-Paul. *Crítica de la razón dialéctica*. Precedida de Cuestiones de Método. 3ª edição. (Critique de la raison dialectique - précédé de questions de méthode, Gallimard, 1960). Buenos Aires: Tradução de Manuel LAMANA, Losada, 1979. Livro I 485 p., Livro II 493 p.
- SILVEIRA, María Laura. *Um país, uma região. Fim de século e modernidades na Argentina*. São Paulo: Laboplan (USP) / FAPESP, 1999. 486 p.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec / Edusp, 1994. 257 p.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Espaços urbanos: territorialidades e representações. In: SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente: UNESP/Faculdade de Ciência e Tecnologia - GASPERR, 1999. p. 13-29.

**ABSTRACT** \_\_\_\_\_

*Arguing about intermediate cities we must rethinking the contents of new geographical milieu in the contemporary period, and we must essay an approach to explain them in their peculiarities. For that it is necessary to discuss the actions of enterprises, state and society in the production of a new territorial division of labour and, at the same time, territory*

*and city as agents and bases of new forms of work. In these context, some exemples of Argentine and Brazilian cities show their specialization and internal division, with their modern objects and globalization norms.*

**KEYWORDS** \_\_\_\_\_

*Intermediate cities; globalization; work; territorial division of labour; urban specialization.*

